



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0012980-76.2013.8.26.0566**  
Classe - Assunto **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
Requerente: **Alberto Engelbrecht**  
Requerido: **Delegado de Policia Diretor da 26ª Ciretran de São Carlos Estado de São Paulo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **JOÃO ROBERTO ROSA** contra ato do **DELEGADO DE POLÍCIA E DIRETOR DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS**, figurando como ente público interessado a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**.

Aduz o impetrante que ao tentar renovar seu documento de habilitação foi informado que o sistema estaria bloqueado por ato da autoridade coatora, tendo sido penalizado antecipadamente, sem que tivesse ocorrido o trânsito e julgado na esfera administrativa, com violação ao contraditório.

Liminar concedida em fls. 23/vº.

O ente público interessado, **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 33).

A autoridade coatora prestou informações em fls. 35/36, dizendo que o impetrante cometeu infrações de trânsito que geraram a instauração de Procedimento Administrativo. Sendo assim, o próprio sistema PRODESP providencia o bloqueio no prontuário, impedindo a renovação da Carteira de Habilitação. Alega que é parte ilegítima. Afirma ter decidido pela suspensão da CNH do impetrante por três meses, com base na revelia, já que, mesmo sendo notificado, não apresentou defesa no prazo legal. Finaliza



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

dizendo que deu cumprimento à liminar.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 46).

A Fazenda Pública do Estado de São Paulo postulou pela denegação da segurança (fl. 50).

**É o relatório.**

**FUNDAMENTO E DECIDO.**

Em primeiro lugar, fica afastada a alegação de ilegitimidade passiva, pois, se o bloqueio do prontuário decorreu de programação automática do sistema, remanesce competência da autoridade coatora para reverter seus efeitos, tanto que a liminar foi cumprida por ela.

No mais, inviável o acolhimento do mandado de segurança.

O esgotamento da via administrativa não pode significar a protelação das medidas em tese cabíveis.

Sabe-se que, no que concerne às penalidades de trânsito, existem três níveis administrativos: a) delegado de trânsito; b) JARI; c) CETRAN. Há prazos, como em qualquer procedimento administrativo, que devem ser obedecidos. Não é porque o interessado peticiona de maneira avulsa perante um desses órgãos que o cumprimento da penalidade fica automaticamente obstado. Nessa lógica, nenhuma penalidade seria cumprida, pois a parte sempre poderia peticionar e, assim, retardar “*ad eternum*” a punição.

No caso em apreço, o impetrante não apresentou nenhum recurso contra as penalidades.

Por outro lado, informa a autoridade coatora que ele foi notificado quanto ao bloqueio de sua habilitação e isso vem confirmado pelos documentos de fls. 40/42, mas não apresentou defesa no prazo legal, somente vindo a fazê-lo quando tentou renovar a sua CNH.

Embora a jurisprudência seja pacífica no sentido de que a pendência de recurso administrativo, nos casos de suspensão do direito de dirigir, impede qualquer restrição no prontuário do infrator, tal argumento não se aplica à hipótese dos autos, pois a defesa apresentada é intempestiva.

Não há evidência nos autos de que o impetrante não tenha tomado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

ciência do ato administrativo.

Ademais, cabe ao proprietário do veículo manter o endereço constante do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos atualizado.

Assim, foram preenchidos todos os requisitos legais para a validade do ato administrativo praticado, em relação ao qual prevalece a presunção de legitimidade.

Desta forma, o impetrante não possui direito líquido e certo.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação e **DENEGO** a segurança, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.

Custas pelo impetrante.

Revogo a liminar. Dê-se ciência à autoridade coatora.

Como consequência do aqui decidido, o impetrado deve entregar a sua CNH na CIRETRAN.

Inexiste condenação em verba honorária, nos termos do artigo 25 da Lei 12.016/09.

**P.R.Int.**

São Carlos, 25 de outubro de 2013.